



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 14 DE JUNHO DE 2023

EDITAL nº 05/2023

Dispõe sobre analisar e homologar das inscrições para o processo unificado de escolha de Conselheiros Tutelares no Município de CONGO – PB para o mandato de 4 anos (**MANDATO 2024/2028**)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CMDCA-CONGO/PB**, no uso de suas atribuições legais, considerando:

O disposto nos **artigos 131 e 139 Lei Federal nº 8.069/90 – ECA, com modificações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.242/1991; 12.010/2009 e 12.696/2012.**

O disposto na **Lei Municipal nº 10/2005**, que dispõe sobre a implantação, estrutura, processo de escolha e funcionamento dos Conselhos Tutelares do **Município de Congo-PB.**

O disposto na **RESOLUÇÃO Nº 152 DE 09 DE AGOSTO DE 2012** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e o Adolescente – CONANDA que trata sobre as diretrizes de transição para o processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da **lei 12.696/12**, bem como na **RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022** que altera a Resolução nº 170/2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

RESOLVE:

Art. 1º - O presente Edital dispõe sobre analisar e homologar o registro das inscrições para o primeiro processo unificado de escolha de Conselheiros Tutelares no Município de CONGO – PB para o mandato de 4 anos (**MANDATO 2024/2028**);

Art. 2º - Fica os candidatos abaixo descritos **APTOS** a concorrer no processo unificado de escolha de Conselheiros Tutelares no Município de CONGO – PB para o mandato de 4 anos (**MANDATO 2024/2028**), em conformidade o edital nº 01/2023:

Numero	Candidato	SITUAÇÃO
01	ANA ROSANGELA CESAR DE OLIVEIRA	APTO (A)
02	INACIO PAZ DE LIRA NETO	APTO (A)
03	NATALIA LUANA LEO DE MELO	APTO (A)
04	MARIA SELENE SOUSA DE FIGUEIREDO	APTO (A)
05	JONAS RICKELMY NUNES CARDOSO	APTO (A)
06	VANIA MARIA BRAZ	APTO (A)
07	IVONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO	APTO (A)
08	MARIA LUZINETE DE SOUSA	APTO (A)
09	ANA LUANA FERREIRA QUIRINO	APTO (A)
10	LUCAS BARBOSA DE SALES	APTO (A)
11	PAULO LUCAS DE SOUSA QUEIROS	APTO (A)

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Congo-PB, 14 de junho de 2023

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
COMISSÃO ELEITORAL
CONGO-PB**



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 14 DE JUNHO DE 2023

PORTARIA nº 08/2023
AUTORIZA A ABERTURA DO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 062601/2019/CPL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0026/2019

A Prefeita do Município de Congo - PB, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Nº. 8.666/93;

CONSIDERANDO que a empresa **BANCO BRADESCO S.A.** pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, Osasco - SP, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, conforme registros de reclamações dos servidores do Município do Congo (PB), tem praticado reiteradas irregularidades na execução contratual, tendo e vista a ausência de atendimento pessoal de qualquer agente, gerente ou outra pessoa a serviço da agência bancária aos clientes, servidores do Município, bem como pelas constantes falhas e defeitos no único caixa eletrônico disponível, sem retorno em tempo satisfatório à atender as necessidades dos interessados;

CONSIDERANDO que a empresa **CONTRATADA** foi notificada, via e-mail, desde o dia 26 de maio de 2023, conforme anexo aos autos, não apresentando qualquer justificativa, nem qualquer manifestação de interesse e solucionar as irregularidades apontadas;

CONSIDERANDO o disposto no Contrato Administrativo nº. 062601/2019/CPL, quanto às obrigações da **CONTRATADA**, especificamente em sua **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**, que impõe as seguintes obrigações: "A CONTRATADA tem as seguintes obrigações: a) Prestar serviço com qualidade e agilidade; b) Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE, sob seus cuidados profissionais; (...) f) Indenizar terceiros a a Contratante todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o art. 70, da Lei nº. 8.666/93; g) Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas; (...)";

CONSIDERANDO o disposto no Contrato Administrativo nº. 062601/2019/CPL, quanto às obrigações da **CONTRATADA**, especificamente em sua **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO ATESTO**, que impõe o seguinte: "A Contratante poderá efetuar a verificação da qualidade dos serviços, bem como o cumprimento das especificações técnicas, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, com base nas normas técnicas e legislação vigente";

CONSIDERANDO o disposto no Contrato Administrativo nº. 062601/2019/CPL, **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**, que dispõe seguinte: "O presente instrumento será rescindido unilateralmente pela Contratante, nos termos dos artigos 77 a 79, com as consequências previstas no art. 80, todos da Lei Federal nº. 8.666/93 e atualizações posteriores";

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº. 8.666/93 - Arts. 77 a 79**: "Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato: I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; II - o

cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados; IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento; V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; (...) VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei; (...) XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; (...) XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato. Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser: I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior";

CONSIDERANDO que é dever da Administração zelar pela legalidade, sempre agindo para proteger o patrimônio público;

RESOLVE, com fundamento na conjugação dos permissivos legais indicados, **DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**, com o objetivo de promover a apuração imediata os fatos, individualizar as irregularidades, colhendo em conjunto, elementos e provas para embasar o relatório da Comissão que será levado à apreciação chefe do Poder Executivo, no objetivo de avaliar as possíveis consequências jurídicas do ato em análise, **DETERMINANDO**, para tanto:

- A autorização da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES** para processar e julgar o presente feito;
- A comissão Processante deverá proceder a abertura e processamento do devido, que compreenderá as fases de instrução, defesa e relatório, nos termos da Lei nº. 8.666/93;
- A Comissão Processante poderá proceder toda e qualquer diligência preparatória, não explicitada acima, que vier a se mostrar necessária no transcorrer do processo, especialmente a notificação da processada, para apresentar defesa;

Autuada e registrada em procedimento próprio, perante os livros, sejam os autos numerados e rubricados, cada folha, para, ao final, ser apreciado pela Comissão que emitirá o devido relatório.

Concluído o relatório, retornem os autos ao Gabinete da Prefeita, para apreciá-lo e determinar as providências devidas.

Cumpra-se.


Congo/PB, em 14 de junho de 2023.
FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional do Município de Congo (PB)

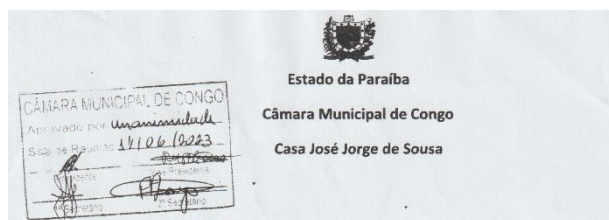


DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 14 DE JUNHO DE 2023

ATOS DO PODER LEGISLATIVO



REQUERIMENTO 17/2023

Senhores Vereadores,

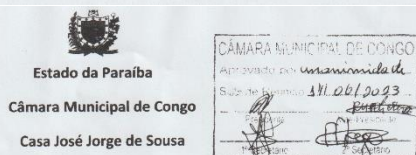
O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Exma. Prefeita Sra. Flavia Emanuela Sousa Pereira Quirino.

REQUERENDO-LHE: junto ao poder executivo e Secretaria de Administração e Assessoria Jurídica sobre a casa de dona Josefa Lucas.

JUSTIFICATIVA: e de grande importância para os idosos que a prefeitura junto com a Secretaria de Administração e Assessoria Jurídica procure saber a situação da antiga casa da Senhora Josefa Lucas (zefinha da agencia), que foi tirada de Abdias Tome Barbosa e passado para a associação dos idosos, precisamos entender o que é de direito.

Congo-PB 14 junho de 2023

Aderaldo Pereira Netto
Vereador Autor



REQUERIMENTO 18/2023

Senhores Vereadores,

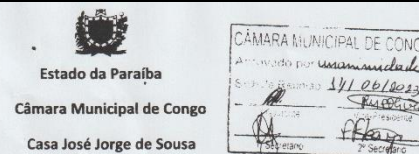
O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Exma. Prefeita Sra. Flavia Emanuela Sousa Pereira Quirino.

REQUERENDO-LHE: junto ao poder executivo e Assessoria Jurídica sobre o cumprimento dos serviços do Bradesco com o Município de Congo-PB.

JUSTIFICATIVA: e de grande importância para os servidores municipais que a prefeitura junto com a Secretaria de Administração e Assessoria Jurídica, cobre ou até rompa o contrato de prestação de serviços do Bradesco a prefeitura uma vez que os serviços estão sendo prejudicados por falta de funcionário e de dinheiro nos períodos de pagamento dos servidores municipais

Congo-PB 14 junho de 2023

Aderaldo Pereira Netto
Vereador Autor



REQUERIMENTO 19/2023

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, vem perante Vossa Excelência, amparado no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, solicita à Vossa Excelência a inclusão do presente requerimento para apreciação e votação do Plenário, e se aprovada seja enviado ofício a Exma. Prefeita Sra. Flavia Emanuela Sousa Pereira Quirino.

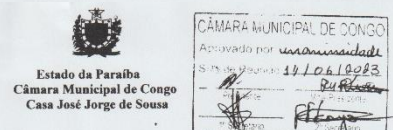
REQUERENDO-LHE: junto ao poder executivo e Secretaria de Infraestrutura a melhoria no ponto de ônibus do Pindurão.

JUSTIFICATIVA: e de grande importância os moradores e pessoal que aguardam transportes que a prefeitura junto a Secretaria de Infraestrutura faça melhoria no ponto de ônibus do trevo do Pindurão pois o mesmo necessita de manutenção.

Congo – PB, em 14 de junho de 2023.

Ademir de Oliveira

Vereador autor



ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos 24 (vinte e quatro), dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três (2023), às 19h00, no edifício sede da Câmara Municipal de Vereadores sito à Rua Senador Rui Carneiro, 38, Centro, nesta cidade de Congo, Estado da Paraíba, reuniram-se sob a presidência do Vereador Aderaldo Pereira Netto, a vice-presidente, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, 1º Secretário Jucélio Quintans da Silva, e o 2º Secretário, Fabiano Fernandes de Lagos e os demais presentes numa totalidade de 09 (nove) vereadores, para realização da oitava Sessão Ordinária do ano em curso. Após invocar, "em nome de Deus o todo poderoso declaro aberta a Sessão". O Senhor Presidente pediu para que o Primeiro Secretário fizesse a leitura de um texto bíblico, o qual leu Provérbios capítulo 10, versículo primeiro. Em seguida o Primeiro Secretário fez a chamada nominal dos Vereadores, sendo registrada a presença de: Ademir de Oliveira Aderaldo Pereira Netto, Fabiano Fernandes de Lagos, Jose Roberto da Silva, Jucélio Quintans da Silva, Maria da Conceição Alves da Silva, Miguel Jordão Netto, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira e Sebastião da Silva. Em seguida o Senhor Presidente informou a matéria do expediente que consta da seguinte forma: Ordem do dia: 1. Leitura e votação da Ata da Sessão anterior, aprovada por unanimidade. 2. Leitura e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 08/2023, aprovado por unanimidade. 3. Leitura e votação em segundo turno do Projeto de Lei 11/2023, aprovado por unanimidade. 4. Leitura e votação em primeiro turno do Projeto de Lei do Legislativo 03/2023, aprovado por unanimidade dos presentes. 5. Leitura e votação do Projeto de Lei do Legislativo 13/2023. 7. Leitura e votação do Requerimento 14/2023, aprovado por unanimidade. 8. Leitura e votação do Requerimento 15/2023, aprovado por unanimidade. 9. Leitura e votação do Requerimento 16/2023, aprovado por unanimidade. Em seguida o senhor Presidente facultou a palavra aos vereadores inscrito no livro de oratória, pela ordem Vereador Jose Roberto da Silva, o mesmo em nome do Presidente cumprimentou todos os presentes, "primeiramente quero me solidarizar com a família da Senhora Josina pelo seu falecimento, hoje assistindo a sessão da Assembleia Legislativa vi o Deputado o Dr. Romualdo reclamando de um requerimento feito ao governo do estado sobre caprinos e ovinos e não ter tido respostas, aqui também nós estamos da mesma forma sem ter os nossos requerimentos respondidos, principalmente de infraestrutura no mínimo esperamos que nos responda pois temos muitas demandas principalmente na infraestrutura, gostaria de parabenizar a gestão pelo programa Janta do povo estamos vendo a utilidade para a população, como também a licitação da central de velório que será construído com o dinheiro devolvido pela câmara no final do exercício passado, são minhas palavras meu boa noite a todos." O Presidente usou da palavra para primeiramente se solidarizar com a família da Josina da Lagoa da Ilha, quero dizer que a Câmara Municipal de Congo se solidariza com a família, queria passar para a população de Congo que estive em Santa Cruz com o gerente do Bradesco cobrei um atendimento decente para a nossa população ele prometeu que virá um gerente para o P S do Bradesco aqui no município, quero agradecer aos colegas vereadores por terem aceito o convite e ido conosco para a inauguração do restaurante "Janta do Povo", estamos vendo a importância para a população como o colega Roberto falou se for bom a gente elogia se não for bom a gente cobra, a respeito dos terrenos que o colega Sebastião sempre me cobra com razão quero lembrar a todos que já limpei pela segunda vez esse ano os meus, que é obrigação de todos os proprietários limparem seus terrenos. Não havendo mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a Sessão que para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada segue assinada pela mesa diretora.